



Governo do Estado do Maranhão
Assembleia Legislativa
Consultor Legislativo Especial
Concurso Público 2013

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Direito Tributário

TIPO 2 – VERDE

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - esse caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar nas folhas de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar uma das folhas, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **27/05/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/maranhao13>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **28/05/2013** até às 23h59min do dia **29/05/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/maranhao13>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto I

Cobrar responsabilidade

No início do mês, um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça, mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular. Identificado por câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz, o criminoso foi localizado pela polícia, mas – apesar de todos os registros que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato – não ficará um dia preso. Menor de idade, foi “apreendido” e levado a um centro de recolhimento. O máximo de punição a que está sujeito é submeter-se, por três anos, à aplicação de medidas “socioeducativas”.

Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país. Mas houve, nesse episódio de São Paulo, uma circunstância que o transformou em mais um exemplo emblemático do equivocado abrigo legal que o Estatuto da Criança e do Adolescente confere a criminosos que estão longe de poderem justificar suas ações com o argumento da imaturidade: ao disparar friamente contra o estudante paulista, o assaltante estava a três dias de completar 18 anos. Pela selvageria do assassinato, o caso remete à barbárie de que foi vítima, no Rio, o menino João Hélio, em 2007. Também nesse episódio, um dos bandidos que participaram do martírio do garoto estava a pouco tempo de atingir a maioridade.

Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei.

O raciocínio, nesses casos, é tão cristalino quanto perverso: colocam-se jovens, muitos dos quais mal entraram na adolescência, na linha de frente de ações criminosas porque, protegidos pelo ECA, e diante da generalizada ruína administrativa dos órgãos encarregados de aplicar as medidas socioeducativas, na prática eles são inimputáveis. Tornam-se, assim, personagens de vestibulares para a entrada em definitivo, sem chances de recuperação, numa vida de crimes.

É dever do Estado (em atendimento a um direito inalienável) prover crianças e adolescentes com cuidados, segurança, oportunidades, inclusive de recuperação diante de deslizos sociais. Neste sentido, o ECA mantém dispositivos importantes, que asseguram proteção a uma parcela da população em geral incapaz de discernir entre o certo e o errado à luz das regras sociais. Mas, se estes são aspectos consideráveis, por outro lado é condenável o viés paternalista de uma lei orgânica que mais contempla direitos do que cobra obrigações daqueles a quem pretende proteger.

O país precisa rever o ECA, principalmente no que tange ao limite de idade para efeitos de responsabilidade criminal. É uma atitude que implica coragem (de enfrentar tabus que não se sustentam no confronto com a realidade) e o abandono da hipocrisia (que tem cercado esse imprescindível debate).

(O Globo, 22/04/2013)

01

Assinale a alternativa que indica a frase em que a troca de posição dos termos sublinhados acarreta mudança de sentido.

- (A) “...ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.
- (B) “O raciocínio, nesses casos, é tão cristalino quanto perverso”.
- (C) “...na linha de frente de ações criminosas”.
- (D) “...o ECA contém dispositivos importantes”.
- (E) “...incapaz de discernir entre o certo e o errado”.

02

Assinale a alternativa em que um dos termos foi formado a partir de uma classe de palavra **diferente** da dos demais.

- (A) Recolhimento – discernimento
- (B) Segurança – punição
- (C) Interpretação – obrigação
- (D) Confronto – abandono
- (E) Recuperação – população

03

“É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade...”.

Esse segmento do texto expressa que os criminosos

- (A) foram incentivados a inserir menores em seus crimes.
- (B) passaram a cometer maior número de crimes.
- (C) transformaram-se em quadrilhas organizadas.
- (D) tornaram seus crimes mais violentos, com a inserção de armas.
- (E) perderam o medo das punições legais.

04

“Um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça”.

Assinale a alternativa que indica a forma de reescrever essa frase do texto, modificando o seu sentido original ou apresentando desvio de norma culta.

- (A) Em São Paulo, um assaltante matou um jovem com um tiro na cabeça.
- (B) Um jovem foi morto por um assaltante em São Paulo com um tiro na cabeça.
- (C) Com um tiro na cabeça, um assaltante matou um jovem em São Paulo.
- (D) Um assaltante com um tiro na cabeça matou um jovem em São Paulo.
- (E) Um assaltante, em São Paulo, matou um jovem com um tiro na cabeça.

05

“Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.

Assinale a alternativa cujo conectivo apresenta valor semântico correto.

- (A) ainda que – condição.
- (B) como – modo.
- (C) em – tempo.
- (D) ou – adição.
- (E) para – explicação.

06

“Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.

Com relação aos componentes desse parágrafo do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os “dois casos” citados são explicitados a seguir, no mesmo parágrafo.
- (B) “Convencionou-se” é uma forma verbal em voz passiva.
- (C) O segmento entre travessões mostra uma ideia de condição.
- (D) “Assassinos” e “menores” possuem o mesmo referente.
- (E) “Para afrontar a lei” é a forma verbal equivalente a “para o enfrentamento da lei”.

07

Observe a charge a seguir.



A partir da charge, assinale a afirmativa correta.

- (A) As duas frases presentes no texto mostram um mesmo nível de conhecimento de linguagem.
- (B) A frase do policial tem por receptor específico o menor infrator.
- (C) A atitude do policial mostra seu profundo senso de responsabilidade.
- (D) A crítica presente na charge se volta contra o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (E) As figuras do menor e do policial aludem a uma possível cumplicidade criminosa entre os dois.

08

“...é submeter-se, por três anos, à aplicação de medidas ‘socioeducativas’; ...o caso remete à barbárie de que foi vítima...”; “...distinguir entre o certo e o errado à luz das regras sociais”.

Com relação ao emprego do acento grave indicativo da crase nessas três frases, é correto afirmar que

- (A) as três ocorrências exemplificam o mesmo emprego do acento grave.
- (B) as duas primeiras ocorrências exemplificam um caso de acento grave diferente do da última ocorrência.
- (C) as duas últimas ocorrências exemplificam um caso de acento grave diferente do da primeira ocorrência.
- (D) as três ocorrências do emprego do acento grave indicativo da crase exemplificam casos distintos.
- (E) a primeira e a terceira ocorrência exemplificam o mesmo caso de emprego do acento grave indicativo da crase.

09

A função textual do primeiro parágrafo do texto é

- (A) situar o texto como uma resposta a um problema pontual.
- (B) indicar a razão de discutir-se, no momento, a redução de idade penal.
- (C) apresentar o fato que leva à necessidade de mudar-se a lei de redução do limite de idade penal.
- (D) colocar o leitor, argumentativamente, do lado de quem defende a redução do limite de idade penal.
- (E) comover o leitor a fim de que possa realizar a leitura do texto com mais atenção e interesse.

Leia o fragmento a seguir e responda às questões 10 e 11.

“No início do mês, um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça, mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular. Identificado por câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz, o criminoso foi localizado pela polícia, mas – apesar de todos os registros que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato – não ficará um dia preso”.

10

Nesse segmento inicial do texto, o vocábulo que tem seu sentido especificado por razões situacionais, ou seja, por elementos de fora do texto propriamente dito, é:

- (A) mês
- (B) vítima
- (C) rapaz
- (D) criminoso
- (E) que

11

Considerando-se a norma culta, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Repetição excessiva da preposição DE em “câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz”.
- (B) Falta de combinação da preposição DE com o artigo A em “mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular”.
- (C) Troca involuntária do vocábulo “câmera” por seu parônimo “câmara”.
- (D) Utilização indevida de travessões para um texto que é simples explicação de uma informação anterior.
- (E) Ausência de hífen em “ter lhe passado”, deixando o pronome oblíquo solto entre dois verbos.

12

No relato do assassinato do início do texto, há um conjunto de elementos que apresentam o crime como algo particularmente grave.

Entre esses elementos participantes do crime **não** se enquadra

- (A) o fato de a vítima ser um jovem.
- (B) a localização do crime numa grande metrópole, como São Paulo.
- (C) a circunstância de o tiro ter sido dado na cabeça da vítima.
- (D) a aparente ausência de resistência da vítima.
- (E) a ausência de um forte motivo para o cometimento do crime.

13

No primeiro parágrafo do texto aparecem entre aspas os vocábulos “apreendido” e “socioeducativas”. O motivo da utilização desses sinais gráficos é indicar que esses vocábulos

- (A) foram empregados em sentido figurado.
- (B) registram vocábulos empregados em relação a jovens infratores.
- (C) marcam a intenção textual de destacar termos importantes.
- (D) indicam a presença de um novo sentido aplicado a tais vocábulos.
- (E) criticam a linguagem empregada em caso de crimes contra jovens.

14

Assinale a alternativa em que a preposição sublinhada é fruto da ligação com um termo posterior (e não anterior).

- (A) “O máximo de punição a que está sujeito é submeter-se...”.
- (B) “Identificado por câmeras do sistema de segurança...”.
- (C) “...que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato...”.
- (D) “...levado a um centro de recolhimento...”.
- (E) “...aplicação de medidas ‘socioeducativas’”.

15

“Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país”. Nesse segmento do segundo parágrafo do texto há uma referência a um gênero textual. Assinale-a.

- (A) As notícias informativas dos jornais diários.
- (B) Os registros policiais das delegacias.
- (C) As narrativas de crimes ocorridos.
- (D) Os dados presentes nos processos penais.
- (E) As questões polêmicas da vida atual.

16

“Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país. Mas houve, nesse episódio de São Paulo, uma circunstância que o transformou em mais um exemplo emblemático do equivocado abrigo legal que o Estatuto da Criança e do Adolescente confere a criminosos que estão longe de poderem justificar suas ações com o argumento da imaturidade: ao disparar friamente contra o estudante paulista, a assaltante estava a três dias de completar 18 anos”.

Como o texto defende a redução do limite de idade penal previsto no ECA, o autor apresenta argumentos contrários à consideração vigente.

Nesse segmento, o principal argumento utilizado é o de que

- (A) o crime foi cometido pouco antes de o criminoso atingir a maioridade.
- (B) o ato hediondo recebe a proteção legal.
- (C) a imaturidade não é argumento aplicável a todos os menores.
- (D) a intenção criminosa dos assaltantes é flagrante.
- (E) a frieza mostrada na grande maioria dos crimes.

17

A referência ao caso do menino João Hélio, no segundo parágrafo do texto, tem o papel textual de

- (A) aproximar dois casos completamente distintos.
- (B) comprovar uma teoria expressa anteriormente.
- (C) mostrar a repetição de crimes praticados pelos mesmos agentes.
- (D) demonstrar a inutilidade das medidas aplicadas a menores.
- (E) criticar a falta de preocupação dos membros do Judiciário.

18

Assinale a alternativa que apresenta a relação **inadequada** entre o verbo presente no texto e o seu substantivo cognato.

- (A) Submeter / submissão.
- (B) Prover / provisão.
- (C) Completar / complemento.
- (D) Anabolizar / anabolismo.
- (E) Implicar / implicação.

19

Assinale a alternativa cuja oração sublinhada exemplifica o processo de coordenação.

- (A) “É dever do Estado (em atendimento a um direito inalienável) prover crianças e adolescentes com cuidados, segurança, oportunidades, inclusive de recuperação diante de deslizes sociais”.
- (B) “Neste sentido, o ECA mantém dispositivos importantes, que asseguram proteção a uma parcela da população em geral incapaz de discernir entre o certo e o errado à luz das regras sociais”.
- (C) “Mas, se estes são aspectos consideráveis, por outro lado é condenável o viés paternalista de uma lei orgânica que mais contempla direitos do que cobra obrigações daqueles a quem pretende proteger”.
- (D) “É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.
- (E) “É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.

20

Observe as frases a seguir, que aludem ao ECA, retiradas do texto.

- I. “Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias (...) teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos”. (parágrafo 3)
- II. “...colocam-se jovens (...) na linha de frente de ações criminosas porque, protegidos pelo ECA, (...) na prática eles são inimputáveis”. (parágrafo 4)
- III. “Neste sentido, o ECA contém dispositivos importantes, que asseguram proteção a uma parcela da população em geral incapaz de discernir entre o certo e o errado”. (parágrafo 5)
- IV. “O país precisa rever o ECA, principalmente no que tange ao limite de idade...”. (parágrafo 6)

Assinale:

- (A) se todas as frases forem segmentos condenatórios do ECA
- (B) se somente as frases I, II e III forem segmentos condenatórios do ECA.
- (C) se somente as frases I, II e IV forem segmentos condenatórios do ECA.
- (D) se somente as frases I e II forem segmentos condenatórios do ECA.
- (E) se somente as frases I e IV forem segmentos condenatórios do ECA.

Raciocínio Lógico-quantitativo

21

Dentro de uma caixa são colocadas quatro caixas menores. Depois, dentro de cada uma dessas caixas menores ou são colocadas quatro caixas ainda menores ou não é colocada caixa alguma. Esse processo se repete um determinado número de vezes, sendo que, a cada vez, dentro de cada uma das menores caixas ou são colocadas quatro caixas ainda menores ou não é colocada caixa alguma.

No final, seja N o número total de caixas, incluindo a primeira.

Um possível valor de N é

- (A) 36.
- (B) 39.
- (C) 46.
- (D) 49.
- (E) 51.

22

Em uma partida de tênis disputada na versão “*melhor de três sets*”, o vencedor da partida é o jogador que vencer dois *sets*. Assim, se um mesmo jogador vencer os dois primeiros *sets* ele é o vencedor da partida, senão, um terceiro *set* é disputado e o vencedor desse terceiro *set* é o vencedor da partida.

A respeito do jogador F , sabe-se que a probabilidade de ele vencer um *set* após ter vencido o *set* anterior é de 0,80 e que a probabilidade de ele vencer um *set* após ter perdido o *set* anterior é de 0,70.

Em uma determinada partida “*melhor de três sets*”, o jogador F venceu o primeiro *set*.

A probabilidade de ele vencer a referida partida é

- (A) 0,56.
- (B) 0,80.
- (C) 0,86.
- (D) 0,92.
- (E) 0,94.

23

Considere a sentença a seguir.

“Qualquer que seja o quadrilátero convexo, se ele é equilátero ou equiângulo então ele é regular.”

Assinale a alternativa que indica a sentença logicamente equivalente à sentença acima.

- (A) Qualquer que seja o quadrilátero convexo, se ele é regular então ele é equilátero ou equiângulo.
- (B) Existe um quadrilátero convexo que é equilátero ou equiângulo mas que não é regular.
- (C) Qualquer que seja o quadrilátero convexo, se ele não é equilátero ou não é equiângulo então ele não é regular.
- (D) Algum quadrilátero convexo não é regular, mas é equilátero ou equiângulo.
- (E) Qualquer que seja o quadrilátero convexo, ele não é equilátero nem é equiângulo, ou ele é regular.

24

Considere a sentença a seguir.

“Qualquer que seja o candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, se ele foi aprovado então estudou muito ou teve sorte”

Assinale a alternativa que indica a **negação lógica** dessa sentença.

- (A) Qualquer que seja o candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, se ele foi aprovado então não estudou muito nem teve sorte.
- (B) Nenhum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão foi aprovado e não estudou muito nem teve sorte.
- (C) Algum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão não foi aprovado ou estudou muito ou teve sorte.
- (D) Algum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão foi aprovado e não estudou muito nem teve sorte.
- (E) Nenhum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão não foi aprovado e estudou muito mas não teve sorte.

25

Considere como verdadeiras as seguintes afirmativas:

- I. Se a lei A for aprovada, então a lei B não será aprovada.
- II. Se a lei C não for aprovada, então a lei B será aprovada.
- III. Se a lei A não for aprovada, então a lei C será aprovada.

A partir das afirmativas, é correto deduzir que

- (A) a lei A será aprovada.
- (B) nenhuma dessas três leis será aprovada.
- (C) apenas duas dessas três leis serão aprovadas.
- (D) a lei B não será aprovada.
- (E) a lei C será aprovada.

26

Após conferirem juntos o resultado final de um concurso ao qual se submeteram, André, Bruno e Carlos disseram:

André: *Se eu não passei então Carlos também não passou.*

Bruno: *Eu passei, mas não nós três.*

Carlos: *Somente um de nós não passou.*

Assim, é correto deduzir que

- (A) é impossível que os três tenham dito a verdade.
- (B) se os três mentiram então apenas um passou.
- (C) se nenhum deles passou então os três mentiram.
- (D) se exatamente um deles mentiu então exatamente um passou.
- (E) se exatamente dois deles passaram então exatamente um deles mentiu.

27

Segundo as pesquisas eleitorais semanais em uma determinada cidade, as intenções de voto de dois candidatos a prefeito, A e B, vêm subindo regularmente 10% e 500 votos, respectivamente, aumentos esses considerados sempre em relação aos resultados da pesquisa anterior.

Os resultados da última pesquisa mostraram que os candidatos A e B têm hoje, respectivamente, 10.000 e 15.000 intenções de voto.

Considere que as tendências de crescimento nas pesquisas semanais citadas se mantenham pelas próximas doze semanas e despreze as margens de erro comuns nesse tipo de pesquisa.

Assim, é correto concluir que

- (A) ao final de dez semanas os dois candidatos estarão empatados.
- (B) ao final da quarta semana a diferença entre os candidatos será menor que 2.000 votos.
- (C) ao final da sétima semana o candidato A terá ultrapassado o candidato B.
- (D) somente ao final das doze semanas o candidato A terá ultrapassado o candidato B.
- (E) durante as doze semanas o candidato B terá mais intenções de voto do que o candidato A.

28

O deputado X afirmou que: *“Durante esta semana que acabamos de encerrar, foram votados aqui no plenário da Assembleia Legislativa vinte e um projetos de lei”*.

Sabe-se que a afirmação do deputado X é verdadeira e que houve sessão plenária na Assembleia Legislativa nos cinco dias úteis da referida semana.

Assim, é obrigatoriamente verdadeiro que

- (A) em algum dia da referida semana foram votados pelo menos cinco projetos.
- (B) no máximo cinco projetos foram votados em um mesmo dia da referida semana.
- (C) em nenhum dia da referida semana deixou-se de votar pelo menos um projeto.
- (D) no mínimo quatro projetos foram votados em cada dia da referida semana.
- (E) em pelo menos dois dias da referida semana as quantidades de projetos votados foram iguais.

29

A resistência elétrica de um fio cilíndrico uniforme de cobre é diretamente proporcional ao seu comprimento e inversamente proporcional à área de sua seção transversal.

Seja R a resistência elétrica de um fio de cobre de comprimento L e com seção transversal circular de raio r .

Considere um fio cilíndrico feito com o mesmo tipo de cobre mas com comprimento $2L$ e raio da seção transversal $2r$.

A resistência elétrica desse segundo fio é

- (A) $4R$
- (B) $2R$
- (C) R
- (D) $R/2$
- (E) $R/4$

30

Uma miniatura de uma estátua em mármore, perfeitamente semelhante à original, foi construída com o mesmo mármore em uma escala 1:20. A estátua original pesa 320 kg.

O peso, em gramas, da miniatura é

- (A) 40.
- (B) 80.
- (C) 160.
- (D) 8.000.
- (E) 16.000.

Legislação Específica

31

O Regimento Interno da ALE-MA estipula que o Deputado deve apresentar-se à Assembléia Legislativa durante a sessão legislativa ordinária e extraordinária, para participar das sessões do Plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro, sendo-lhe assegurados, além de outros, os direitos de

- I. oferecer proposições em geral, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Assembléia, integrar o Plenário e demais colegiados e neles votar e ser votado.
- II. requisitar das autoridades, somente por intermédio da Mesa, providências para garantia de suas imunidades.
- III. usar da palavra, pedindo-a previamente ao Presidente da Assembleia ou ao de Comissão.

Assinale:

- (A) se somente os direitos II e III estiverem corretos.
- (B) se somente os direitos I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os direitos I e II estiverem corretos.
- (D) se somente o direito II estiver correto.
- (E) se somente o direito I estiver correto.

32

De acordo com o Regimento Interno da ALE-MA, a Mesa é o órgão de direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa.

Acerca de sua composição, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Vice-Presidência, constituindo-se a primeira do Presidente, e a segunda de dois Vice-Presidentes.
- (B) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Vice-Presidência, constituindo-se a primeira do Presidente, e a segunda de três Vice-Presidentes.
- (C) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Vice-Presidência, constituindo-se a primeira do Presidente, e a segunda de quatro Vice-Presidentes.
- (D) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Secretaria, constituindo-se a primeira do Presidente e de dois Vice-Presidentes e a segunda de três Secretários.
- (E) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Secretaria, constituindo-se a primeira do Presidente e de quatro Vice-Presidentes e a segunda de quatro Secretários.

33

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, Lei n. 6.107/94, determina que conceder-se-á licença ao servidor nas situações descritas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Para acompanhar cônjuge ou companheiro.
- (B) Paternidade.
- (C) Luto.
- (D) Para o serviço militar.
- (E) Para tratamento de saúde.

34

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, Lei n. 6.107, de 27 de julho de 1994, além do vencimento poderão ser pagas ao servidor algumas indenizações, que não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

A respeito das indenizações ao servidor, avalie os itens a seguir.

- I. Ajuda de custo.
- II. Tíquete-refeição.
- III. Auxílio-creche.

Assinale:

- (A) se somente o item I estiver correto.
- (B) se somente o item II estiver correto.
- (C) se somente o item III estiver correto.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se somente os itens II e III estiverem corretos.

35

Segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, a discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário, e a votação completa o turno regimental da discussão, devendo ser feita logo após o encerramento da discussão.

Assinale a alternativa que identifica os dois processos de votação previstos no citado Regimento.

- (A) Simbólico e nominal.
- (B) Direto e indireto.
- (C) Presencial e virtual.
- (D) Proporcional e majoritário.
- (E) Simples e dúplice.

36

O policiamento do edifício da Assembleia e suas dependências compete

- (A) privativamente à Polícia Civil do Estado do Maranhão.
- (B) privativamente à Mesa Diretora da Assembleia, sem intervenção de qualquer outro Poder.
- (C) privativamente à Polícia Militar do Estado do Maranhão.
- (D) privativamente à Polícia Federal.
- (E) concorrentemente às Polícias Civil e Militar do Estado do Maranhão.

37

Com relação ao patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- (A) É constituído exclusivamente de bens móveis e imóveis da União.
- (B) É constituído exclusivamente de bens imóveis do Estado.
- (C) É constituído de bens móveis e imóveis de particulares, que forem colocados à disposição.
- (D) É constituído de bens móveis e imóveis do Estado que adquirir ou forem colocados à disposição.
- (E) É constituído de bens móveis e imóveis dos Municípios que adquirir ou forem colocados à disposição.

38

Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia. A proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos, concisos, e jamais poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa ou dela decorrente.

Segundo o Regimento Interno ALE-MA, as proposições poderão consistir, além de outras, em

- I. Projeto de lei complementar.
- II. Projeto de decreto legislativo.
- III. Projeto de resolução.

Assinale:

- (A) se somente a proposição I estiver correta.
- (B) se somente a proposição II estiver correta.
- (C) se somente as proposições I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as proposições II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as proposições estiverem corretas.

39

A democracia brasileira conta com alguns instrumentos típicos de uma democracia participativa, proposta pelo Constituinte na Carta Constitucional de 1988, quais sejam: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis.

Sobre este último instrumento, segundo o Regimento Interno da ALE-MA, analise as afirmativas a seguir.

- I. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos trinta por cento dos municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- II. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, três por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos vinte por cento dos municípios, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- III. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos dezoito por cento dos municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

40

O Regimento Interno da ALE-MA traz diferentes tipos de sessões da Assembléia Legislativa.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente todos os tipos de sessões previstas no citado diploma.

- (A) Preparatórias, ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e itinerantes.
- (B) Ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes, supletivas e itinerantes.
- (C) Preparatórias, ordinárias, especiais, supletivas, emergenciais e itinerantes.
- (D) Ordinárias, extraordinárias, solenes, emergenciais, supletivas, e itinerantes.
- (E) Preparatórias, ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e supletivas.

Conhecimentos Específicos

Direito Tributário

41

A empresa Titã Ltda., localizada no Estado Alpha, é substituta tributária, vendendo a mercadoria que produz para a empresa Tétis Ltda., localizada no Estado Beta. Quando da venda que efetiva, a empresa Titã Ltda. concede desconto incondicional na sua operação própria.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O desconto incondicional deve ser expurgado da base de cálculo do ICMS de toda a cadeia produtiva.
- (B) O desconto incondicional afeta apenas as operações internas de Titã Ltda., que o concede.
- (C) O desconto incondicional deve ser incluído na base de cálculo, por se tratar de substituição tributária.
- (D) O desconto incondicional é presumidamente adotado pelo substituído tributário.
- (E) O desconto incondicional não repercute sobre as operações subsequentes à venda feita por Titã Ltda.

42

Maria, servidora pública aposentada do Estado Ômega da Federação, requer a restituição de imposto de renda que lhe foi retido na fonte, e foi descontado a maior.

A ação deve ser proposta

- (A) em face da União somente, eis que o imposto de renda é tributo federal.
- (B) em face do Estado Ômega unicamente, por ser o destinatário do Imposto de Renda da servidora.
- (C) em face da União e do Estado Ômega, em função da competência arrecadatória.
- (D) em face da União ou do Estado Ômega, havendo solidariedade pelo que foi pago a maior.
- (E) em face do Estado Ômega, se provado que o imposto ficou retido por este.

43

Lei Estadual XXXX/YY reduziu o valor da multa de 30 para 20% dos débitos declarados e não pagos do ICMS de determinado exercício fiscal. A empresa Beta estava sendo executada pela Fazenda com relação a débitos desta natureza, quando sobreveio esta lei, encontrando-se a execução fiscal em fase de avaliação do bem penhorado.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei se aplica à dívida de Beta, por não estar encerrada a execução.
- (B) A lei não se aplica à dívida de Beta, em função de já existir execução fiscal.
- (C) A lei não se aplica à dívida de Beta, por já estar inscrita em Dívida Ativa.
- (D) A lei só se aplicará à dívida de Beta, se a multa for de mora.
- (E) A lei se aplica à dívida de Beta, se a multa não for líquida.

44

A empresa Alfa-Ômega Ltda. nega-se a entregar à fiscalização da Receita Estadual, que iniciou um procedimento especial de fiscalização, toda a documentação necessária para que esta concretize seu trabalho.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prova da falta de recolhimento do tributo devido é condição de procedibilidade para a abertura do inquérito policial.
- (B) A Fazenda pode, excepcionalmente, inaugurar o inquérito policial antes de finalizada a apuração do crédito tributário, se imprescindível para a conclusão da fiscalização.
- (C) A Fazenda, não havendo prova da falta de pagamento do tributo devido, não poderá quebrar o sigilo fiscal do contribuinte, que é protegido por cláusula pétrea.
- (D) A Fazenda, em homenagem ao devido processo legal, deverá primeiramente, encerrar o trabalho de apuração do débito tributário, para ingressar com o inquérito policial.
- (E) O exaurimento do processo administrativo fiscal não afeta a possibilidade de inaugurar o processo na esfera criminal.

45

Delta Ltda. Comércio de Utilidades Domésticas, que adquiriu de outra empresa, a qual estava encerrando suas atividades, móveis e utensílios para serem utilizados em seu negócio, continuando a mesma exploração comercial, sob razão social distinta, é tipificada pela lei tributária como

- (A) terceiro responsável.
- (B) representante tributário.
- (C) responsável por sucessão.
- (D) sucessor empresarial.
- (E) responsável pessoal.

46

Com relação ao pagamento indevido de tributos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Todos os tributos são restituíveis, sempre que for provado que tenham sido pagos de forma indevida.
- II. A prova negativa da repercussão da carga tributária é condição para a repetição do indébito.
- III. O encargo financeiro do tributo deve ter sido suportado por quem requer a repetição do indébito.
- IV. Para a repetição do indébito no ICMS é indispensável a prova de ausência de translação.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

47

O Estado Federal Brasileiro firmou tratado com o Estado Delta, no qual constou uma cláusula concedendo isenção de ICMS.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cláusula é nula, visto que não há competência do Estado Federal para conceder isenção de imposto de competência de Estado-Membro.
- (B) A isenção heterônoma é vedada, em todas as hipóteses, pela Constituição Federal Brasileira, em função do pacto federativo.
- (C) O Estado Federal pratica ato legítimo, inserido dentro de sua prerrogativa de pessoa jurídica de direito internacional público.
- (D) A cláusula é válida, mas só produzirá efeitos depois que o tratado em questão for aprovado pelo Senado Federal, na qualidade de representante dos Estados-Membros.
- (E) O Estado Federal não se confunde com a União, sendo pessoa jurídica de direito público interno, pelo que não poderia conceder a isenção.

48

Com relação à *Legislação Tributária*, analise as afirmativas a seguir.

- I. As portarias expedidas por autoridade administrativa caracterizam-se como normas complementares no direito tributário.
- II. Os decretos regulamentadores visam interpretar e integrar o conteúdo das leis tributárias a que se relacionam.
- III. O contribuinte que cumpre a orientação dada pela autoridade administrativa, que esteja equivocada, fica isento de pagar multa.
- IV. O parcelamento de débito tributário, por ser espécie de moratória, deve ser obrigatoriamente veiculado por meio de lei.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

49

O Estado Tétis concedeu, por meio da Lei n. 2.222/11, isenção do imposto de transmissão *mortis causa* para os herdeiros do falecido que residam no imóvel inventariado, havendo um único imóvel a inventariar, desde que seu valor não ultrapasse R\$ 100.000,00. Aberto o inventário de Cássio, verificou-se que dois de seus três herdeiros moram na única casa herdada, que tem o valor de mercado de R\$ 95.000,00. O terceiro filho herdeiro mora em casa própria.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é possível conceder a isenção aos três filhos de Cássio, por não estarem presentes todos os requisitos da lei.
- (B) A isenção deve ser concedida aos três herdeiros de Cássio, já que antes da partilha a herança é tratada como uma universalidade.
- (C) A isenção deve ser interpretada, no caso em análise, de forma ampliada, em função do princípio da isonomia.
- (D) A isenção só pode ser concedida aos dois herdeiros que moram no imóvel, uma vez que a interpretação da lei é literal.
- (E) Os três herdeiros têm direito à isenção, por estarem na mesma ordem de sucessão, adotando-se a interpretação teleológica da lei.

50

A empresa Alpha Máquinas Ltda. pretende fazer uso de créditos tributários de ICMS que lhe foram transferidos pela empresa MAGIC S/A Exportadora de Materiais Metálicos, conforme permissivo da lei estadual da época da transferência, que repete os termos da LC 87/96. Entretanto, a Fazenda Estadual, por meio de decreto, veio a limitar a utilização dos créditos de ICMS, não permitindo que Alpha faça a compensação de todos os créditos de exportação transferidos de MAGIC S/A, com os seus débitos próprios.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Fazenda Estadual está correta, uma vez que o Estado tem legitimidade para regular a transferência dos créditos tributários.
- (B) A LC n. 87/96 é norma de eficácia contida, devendo ser regulamentada pela Fazenda Estadual, pelo que legítima a limitação imposta pelo Estado.
- (C) O direito à transferência de créditos deve ser interpretado restritivamente, pelo que correta a Fazenda ao estabelecer limites para sua utilização.
- (D) O decreto regulamenta a lei, não seria possível limitar por meio de decreto a utilização dos créditos do ICMS.
- (E) O decreto tem atribuições de regulamentar o texto da lei, criando instrumentos de controle e limite de utilização dos créditos tributários.

51

Clínica Beta de Imagens Computadorizadas fez um contrato de arrendamento mercantil de máquina de tomografia, que foi importada da China, país sede da empresa arrendante. No entanto, no momento em que a máquina ingressou no país, houve a incidência do IPI e do Imposto de Importação.

Com base no caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) O arrendamento mercantil está sujeito apenas ao ISS, por se caracterizar como serviço.
- (B) Há imposto de importação, mas não há o IPI, já que a máquina é objeto de arrendamento mercantil.
- (C) A pretendida dupla incidência tributária vilipendia a regra do *bis in idem*.
- (D) A dupla incidência de impostos traduz ofensa à vedação de bitributação.
- (E) Há incidência dos dois impostos, já que ocorreram dois fatos geradores distintos.

52

Assinale a alternativa em que as duas afirmativas estão corretas e a segunda completa o sentido da primeira.

- (A) *A certeza e a liquidez do crédito tributário da Fazenda são obtidas por meio do lançamento. / A certeza é quanto ao montante do valor devido e a liquidez diz respeito à exigibilidade do pagamento.*
- (B) *Para que o direito da Fazenda, em cobrar seu crédito, possa ser ordenado é necessário que haja o lançamento. / O lançamento confere exigibilidade ao direito da Fazenda, quanto ao seu crédito.*
- (C) *O lançamento é atividade vinculada e obrigatória de constituição do crédito tributário. / A Fazenda, entretanto, poderá deixar de lançar créditos de infimo valor.*
- (D) *A ausência do lançamento gera responsabilidade funcional do agente fazendário. / Esta responsabilidade se aplica a todos os tipos de lançamento.*
- (E) *A atividade de lançar é atribuída à autoridade administrativa para constituir o crédito tributário. / Quanto às multas, estas são apenas propostas pela autoridade fiscal.*

53

Com relação à *Certidão da Dívida Ativa*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A certidão da dívida ativa que contiver erro substancial quanto ao nome do devedor é anulável, cabendo ao contribuinte pugnar pela correção do ato.
- (B) O termo de inscrição da dívida ativa deve contemplar o demonstrativo de cálculo do tributo devido.
- (C) A certidão da dívida ativa é título executivo cartular, cuja validade se prende à sua literalidade.
- (D) A certidão da dívida ativa é prova pré-constituída do débito tributário, que pode ser elidida pelo contribuinte.
- (E) A certidão da dívida ativa deve discriminar os juros e demais encargos que estejam sendo cobrados do contribuinte.

54

A JGG da Silva Merceria Ltda. deixou de emitir os respectivos cupons fiscais durante os três últimos meses do ano de 20XX e os três primeiros meses de 20YY, fato descoberto durante auditoria fiscal dentro da empresa.

Os sócios da JGG da Silva, Cássio e Tício, foram denunciados pelo Ministério Público, pela prática de sonegação fiscal de forma continuada. Em defesa alegam que já requereram o parcelamento do débito, tão logo foram citados na ação penal, devendo ser suspenso o processo crime até a decisão sobre o refinanciamento do débito e sua quitação.

Registram que não emitiram os cupons por que não tinham dinheiro para adquirir a máquina emissora e que não agiram com dolo específico, pelo que não prevalece a persecução penal.

Com base no fragmento acima, é correto afirmar que

- (A) não prevalece a persecução penal, já que houve pedido de parcelamento do débito.
- (B) prevalece a ação penal, já que houve omissão na emissão de documento fiscal obrigatório.
- (C) não prevalece o processo crime, eis que com o pagamento do tributo o fato deixará de ser típico.
- (D) prevalece o processo crime, já que o pedido de parcelamento não atinge a ação penal.
- (E) prevalece a persecução penal, por serem os réus devedores do Fisco.

55

Com relação à *competência tributária*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A competência tributária, instituída por lei, deve ser exercida de forma privativa pelo ente da Federação a quem couber.
- (B) A competência tributária não exercida por longo tempo pelo ente da Federação a quem couber, gera caducidade.
- (C) Para obediência ao princípio da eficiência, a competência tributária poderá ser exercida de forma ampliada pelo ente da Federação a quem couber.
- (D) As funções de arrecadar e fiscalizar podem ser atribuídas por um ente da Federação a outro, sem ofensa às regras de competência tributária.
- (E) O ente da Federação, a quem couber determinada competência tributária, poderá delegá-la para a pessoa jurídica de direito privado que tiver função arrecadatória.

56

Em relação à *extinção do crédito tributário*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sempre sucede com a satisfação da obrigação tributária principal.
- (B) Só advém se houver o pagamento integral do débito.
- (C) Pode ocorrer por decreto instituidor de dação em pagamento.
- (D) Acontece quando firmado acordo de parcelamento da dívida.
- (E) Ocorre pela conversão de depósito judicial em renda da Fazenda.

57

Miguel pretende pagar tributo devido à Fazenda Estadual, especificando valor, espécie e exercício. A Fazenda, entretanto, verificou que Miguel tem outra dívida tributária, mais antiga, da qual ela é a credora.

Com base na situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cabe à Fazenda Estadual imputar o pagamento à dívida mais antiga para que não ocorra a prescrição.
- (B) A escolha da dívida a ser quitada é do contribuinte, em função do princípio da menor onerosidade.
- (C) O princípio da autonomia das dívidas tributárias só se aplica a débitos de Fazendas distintas.
- (D) A imputação *ex officio* do pagamento efetivada pela Fazenda, decorre do poder de império.
- (E) O direcionamento do pagamento pela Fazenda só pode ocorrer judicialmente.

58

Arco Iris Confecções Ltda. adquiriu de Xadrez Produtos Têxteis Ltda. 100 peças de algodão. Foi emitida a nota fiscal respectiva, com destaque do ICMS. Posteriormente à transação, a Xadrez Produtos Têxteis Ltda. foi fiscalizada e as notas fiscais que emitiu, inclusive a da transação com Arco Iris, foram consideradas inidôneas.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Arco Iris deve estornar o crédito tributário referente ao ICMS incidente na transação.
- (B) O crédito tributário é mantido, em função do princípio da não-cumulatividade.
- (C) O ato declaratório de inidoneidade das notas produz efeitos *ex tunc*, anulando o crédito fiscal.
- (D) O crédito decorrente de nota fiscal inidônea é nulo de pleno direito.
- (E) O crédito fiscal poderá ser mantido, se feito requerimento e provada a boa-fé de Arco Iris Ltda.

59

A empresa DM Distribuidora Ltda. fez consulta ao Fisco Estadual, para saber se a importação de trilhos para a rede ferroviária teria isenção do ICMS devido, uma vez que estaria fazendo esta operação para a empresa VV S/A.

A Fazenda Estadual emitiu parecer, interpretado à luz do Convênio CONFAZ, no sentido de que não haveria incidência do ICMS. Entretanto, quando do desembaraço aduaneiro, a Fazenda não emitiu a guia de isenção requerida, alegando que a importação não fora feita diretamente pela empresa VV S/A, mas pela DM Distribuidora Ltda., e que o benefício fiscal, conforme Ato Interpretativo editado posteriormente à Consulta da DM Distribuidora, abrangeria apenas a importação direta de trilhos por empresa nacional.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) incide o imposto, uma vez que não há direito adquirido a regime jurídico no caso de benefício fiscal.
- (B) incide o imposto, dado que qualquer isenção deve ser interpretada restritivamente, por se tratar de regra de exceção.
- (C) não incide o imposto, dado que a mutação do critério jurídico adotado só atinge fato gerador posterior à sua introdução.
- (D) não incide o imposto, em função do princípio da segurança normativa vigente no ordenamento jurídico brasileiro.
- (E) incide o imposto, dado que com referência à matéria tributária não se aplica o princípio dos motivos determinantes.

60

Relacione as definições a seguir, com as figuras tributárias correspondentes.

1. é a unidade de medida adotada pela lei tributária, quando houver alíquota específica.
2. é a residência habitual, ou o centro habitual de sua atividade.
3. é de competência privativa da autoridade administrativa, para verificar e apurar a ocorrência do fato gerador.
4. é serviço de produção de filmes sob encomenda, atividade não listada pela Lei Complementar n. 116/03.

- () base de cálculo de imposto
- () domicílio fiscal
- () lançamento
- () regra de não-incidência

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4
- (B) 4 – 3 – 2 – 1
- (C) 2 – 3 – 4 – 1
- (D) 1 – 3 – 2 – 4
- (E) 2 – 1 – 4 – 3

Legislação Tributária**61**

A Fundação Pública Estadual Lar dos Idosos, cujo objeto é dar assistência a pessoas carentes e idosas, que estejam em situação de risco, não distribui lucros e aplica tudo o que arrecada em sua atividade fim. A Fundação, quanto à frota de veículos que possui,

- (A) está isenta de pagar o IPVA
- (B) é contribuinte de fato do IPVA
- (C) está imune quanto ao IPVA
- (D) é remida quanto ao pagamento do IPVA
- (E) é anistiada do IPVA

62

A empresa Pedra Polida Ltda. pretende ingressar com ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) não é devida a taxa judiciária, por se tratar de ação meramente declaratória.
- (B) é devida a taxa judiciária, que será paga ao final, quando quantificado o pedido.
- (C) é devida a taxa judiciária, que será compensada se o autor vencer a causa.
- (D) não é devida a taxa judiciária por ser ação de valor inestimável.
- (E) é devida a taxa judiciária, com base em percentual sobre o valor da causa.

63

A empresa WS Comestíveis Ltda. é depositária de mercadoria da VV Comércio de Bebidas Finas Ltda., que vende bebidas artesanais, para clientes especiais.

Considerando a legislação que regula o ICMS, é correto afirmar que WS Comestíveis Ltda. é

- (A) a responsável tributária em relação aos produtos depositados por VV Ltda.
- (B) a substituta tributária em relação aos produtos depositados por VV Comércio de Bebidas Finas Ltda.
- (C) a contribuinte de direito e VV Ltda. a contribuinte de fato, com relação às mercadorias depositadas.
- (D) a sucessora de VV Ltda., em relação aos tributos eventualmente não quitados pela depositante.
- (E) a contribuinte de fato e VV Ltda. a contribuinte de direito, com relação às mercadorias depositadas.

64

Assinale a alternativa em que as duas afirmativas estão corretas e a segunda completa o sentido da primeira.

- (A) *A Igreja do Culto Bem-vindos da Boa Fé goza de imunidade quanto ao IPVA de sua frota. / Os veículos imunes estão vinculados à atividade fim da Instituição Religiosa.*
- (B) *A frota do partido político "Unidos Venceremos" goza de isenção. / A isenção é concedida desde que o partido mantenha correta escrita fiscal.*
- (C) *Os veículos do Corpo Diplomático são imunes. / A imunidade decorre do princípio da territorialidade da tributação.*
- (D) *Tratores e máquinas de terraplanagem, utilizados em ambiente urbano, são isentos do IPVA. / A isenção é concedida desde que a potência das máquinas seja inferior a 50 cilindradas.*
- (E) *A empresa de serviços de ambulância Alpha Resgate goza de isenção do IPVA. / A isenção é concedida desde que aplique seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais.*

65

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às Receitas Públicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Devem estar previstas, de acordo com as normas técnicas e legais, sendo certo que as previsões poderão ser revistas toda vez que houver variação de índices oficiais de preço.
- (B) O Estado-Membro que não observar a instituição, previsão e efetiva arrecadação de impostos e contribuições não poderá receber transferências voluntárias.
- (C) O Poder Legislativo Estadual poderá efetivar a reestimativa de receita, quando houver mudança de legislação tributária.
- (D) No caso de anistia, por se referir às multas por infrações, dispensa-se a demonstração do impacto orçamentário-financeiro da medida que a conceder.
- (E) O cancelamento de débito tributário cuja cobrança acarrete maior custo que o valor devido não necessita de estudo de impacto orçamentário-financeiro.

66

O Estado Beta prorrogou por mais um ano seu programa social criado para atender, durante os anos de 2009, 2010 e 2011, toda a população de usuários de drogas, que necessitasse de internação, permitindo que estes viciados fossem hospitalizados em nosocômios privados, às custas do poder público.

Com base na hipótese acima, é correto afirmar que

- (A) é dispensável a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, por se tratar de despesa já orçada e aprovada.
- (B) é desnecessária a comprovação de sua adequação com a lei orçamentária anual, não sendo despesa nova.
- (C) é despesa que estará adequada à lei orçamentária anual, havendo a comprovação de que tenha dotação específica e suficiente.
- (D) é despesa que deve estar abrangida por crédito genérico, observando-se, para sua criação, os limites de endividamento do exercício.
- (E) é o ordenador da despesa que tem poderes discricionários para efetivá-la sem ter que a submeter a maiores exigências, já que se trata de prorrogação de programa vigente.

67

Margarida e Magali, servidoras públicas concursadas do Estado XYZ, exercem a função de professoras e não receberam os vencimentos dos meses de novembro e dezembro do ano 20XX.

A Secretaria Estadual afirma que não pagou os vencimentos em virtude de ser débito da gestão anterior, que não deixou nota de empenho e restos a pagar, sendo certo que por ser dívida da administração pretérita, se fosse efetuar o pagamento estaria rompendo com o princípio da legalidade, descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando que os fatos estão provados (não pagamento dos vencimentos e ausência de nota de empenho e restos a pagar), assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado está correto, uma vez que se pagar sem a documentação apontada estará contrariando o texto expresso de lei.
- (B) O Estado só poderia pagar os vencimentos atrasados se fosse expressamente autorizado pelo Tribunal de Contas.
- (C) As autoras têm direito a receber seus vencimentos, em função do princípio constitucional da proteção do salário.
- (D) As autoras não recebem seus vencimentos, prevalecendo o princípio da legalidade e da moralidade públicas.
- (E) As autoras só recebem os vencimentos se comprovarem a existência de nota de empenho da quantia que lhes é devida.

68

A empresa Alpha desenvolve a atividade empresarial de manutenção das estações de rádio base de telefonia celular.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A empresa recolhe o ICMS devido sobre sua atividade, que se vincula ao serviço de comunicação.
- (B) A empresa fica imune ao recolhimento do ICMS, dado que sua atividade fim não é comunicação.
- (C) Há isenção de pagamento do ICMS na hipótese, em função de ser prestação interna de serviços.
- (D) O serviço é acessório ou suplementar ao de comunicação e não é fato gerador do imposto.
- (E) O serviço é vinculado ao de comunicação, que dele depende, pelo que há de recolher o ICMS:

69

Conforme a legislação de regência, assinale a alternativa que identifica duas hipóteses de não incidência do ICMS.

- (A) Crédito presumido e transporte intermunicipal urbano, em região metropolitana.
- (B) Operação com derivado de polipropileno e operação de alienação fiduciária em garantia.
- (C) Operação de transferência de bens móveis salvados de sinistro e anistia.
- (D) Transferência de propriedade de estabelecimento industrial e redução de base de cálculo.
- (E) Remissão de débitos fiscais e operação com ouro como ativo financeiro.

70

L. A. Comércio, Construções e Imobiliária Ltda. insurge-se em face da exigência do Secretário de Fazenda do Estado do Maranhão, que lhe exige o pagamento do ICMS sobre a importação de ladrilhos e pisos de cerâmica advindos do exterior, insumos que, segundo alega, são destinados à sua atividade fim, construção civil, e que só eventualmente utiliza insumos importados para elaborar seu produto final, os imóveis. Dessa forma, recolhe ISSQN.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) razão assiste ao Secretário de Estado, já que na hipótese incide o ICMS, mesmo que o importador não seja contribuinte habitual do imposto e que a importação seja eventual.
- (B) a empresa não é contribuinte do ICMS, mas sim do ISSQN, já que sua atividade fim representa um serviço e, desta forma, não recolhe o imposto que está sendo cobrado.
- (C) a empresa só deveria pagar o ICMS se fosse importadora habitual de insumos para sua atividade fim, o que não acontece e, portanto, não deve pagar o ICMS.
- (D) o Secretário de Estado está correto, já que a empresa apenas alegou, quando deveria ter provado, que os insumos seriam utilizados em sua atividade fim.
- (E) a empresa, para não pagar o ICMS, deverá comprovar a sua qualidade de contribuinte inscrita junto à Fazenda Municipal.

Realização

